

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE – CAERN

**COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS
DO RIO GRANDE DO NORTE – CAERN**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2013**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN

Natal – RN

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN** (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras

Os controles internos mantidos pela Companhia com relação aos grupos “Ativo Circulante e Ativo Não Circulante – Contas a receber de clientes e outros recebíveis e provisão para créditos de liquidação duvidosa” e “Ativo Não Circulante – Imobilizado”, não nos possibilitaram a aplicação de determinados procedimentos de auditoria, que e, conseqüentemente, nos permitiriam concluir sobre a adequação dos saldos dessas contas, e também, sobre a correção do valor das correspondentes receitas operacionais líquidas, das despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa e despesas de depreciação.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, exceto pela relevância dos fatos mencionados no parágrafo “Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2 as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia estas práticas diferem das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), no que se refere a: i) registro dos ativos de concessão, considerados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, no Ativo Imobilizado, enquanto que para fins de IFRS, são Ativos Intangíveis; ii) registro de ativos contingentes, registrados pelas práticas contábeis no Brasil, enquanto que para fins de IFRS não são reconhecidos; iii) ativos imobilizados, nas normas contábeis adotada no Brasil inclui bens da concessão, enquanto que para fins de IFRS considera somente bens não vinculados a concessão.

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Natal (RN), 16 de abril de 2014.

Chronus Auditores Independentes S/S

CRC – PE – 000.681/0 – 5 “S” – RN

Rosivam Pereira Diniz

Contadora – CRC – PE – 014050/O-4 - “S” – RN

George Claudio Martins Rodrigues

Contador – CRC – PE – 016212/O-3 - “S” – RN

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>Ativo</u>			
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	68.318.238	29.267.553
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	4	46.101.051	52.785.076
Estoques	5	26.707.480	19.838.277
Impostos a recuperar	6	6.003.029	9.600.603
Adiantamentos		436.131	374.746
Depósitos judiciais	14	3.281.206	7.330.953
Despesas do exercício seguinte		5.042	-
Total do Ativo Circulante		<u>150.852.176</u>	<u>119.197.208</u>
Ativo Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	4	4.248.130	4.807.364
Créditos fiscais	7	22.621.025	22.621.025
Empréstimos compulsórios de combustíveis		-	844.864
		<u>26.869.155</u>	<u>28.273.253</u>
Investimentos		21.171	21.171
Imobilizado	8	709.879.512	636.364.954
Total do Ativo Não Circulante		<u>736.769.838</u>	<u>664.659.377</u>
Total do Ativo		<u>887.622.014</u>	<u>783.856.585</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>Passivo</u>			
Passivo Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	9	35.052.537	29.857.965
Obrigações tributárias	10	7.427.268	4.201.543
Obrigações sociais	11	14.600.740	13.903.772
Parcelamento de impostos	12	1.469.690	5.191.568
Parcelamento Cosern	13	16.383.239	6.997.606
Total do Passivo Circulante		<u>74.933.475</u>	<u>60.152.453</u>
Passivo Não Circulante			
Parcelamento de impostos	10	4.195.732	8.899.380
Parcelamento Cosern	13	121.502.480	130.191.483
Provisões para demandas judiciais	14	13.866.940	12.832.482
Total do Passivo Não Circulante		<u>139.565.151</u>	<u>151.923.345</u>
Patrimônio Líquido			
Capital social	15	773.885.255	732.765.733
Reservas de capital		117.360.346	117.360.346
Reservas de reavaliação		3.962.793	3.962.793
Prejuízos acumulados		(281.771.457)	(323.427.512)
		<u>613.436.937</u>	<u>530.661.360</u>
Adiantamentos para futuro aumento de capital		59.686.451	41.119.427
Total do Patrimônio Líquido		<u>673.123.388</u>	<u>571.780.787</u>
Total do Passivo		<u>887.622.014</u>	<u>783.856.585</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Operações			
Receita líquida	16	416.368.504	380.527.804
Custo dos serviços prestados	17	(219.454.458)	(181.433.102)
Lucro bruto		<u>196.914.046</u>	<u>199.094.702</u>
Despesas administrativas	18	(74.772.545)	(64.231.991)
Despesas comerciais	19	(64.334.130)	(112.663.164)
		<u>(139.106.675)</u>	<u>(176.895.154)</u>
Lucro operacional		<u>57.807.371</u>	<u>22.199.548</u>
Receitas financeiras	20	3.354.091	1.539.034
Despesas financeiras	21	(17.488.445)	(21.156.666)
Resultado financeiro líquido		<u>(14.134.354)</u>	<u>(19.617.632)</u>
Lucro líquido antes da provisão do Imposto de Renda e da Contribuição Social		<u>43.673.016</u>	<u>2.581.916</u>
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social		(2.016.962)	-
Lucro líquido do exercício		<u>41.656.055</u>	<u>2.581.916</u>
Lucro líquido por ação do capital social		<u>0,0538</u>	<u>0,0035</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro líquido do exercício	<u>41.656.055</u>	<u>2.581.916</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>41.656.055</u></u>	<u><u>2.581.916</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE – CAERN

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Sub-Total	Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	701.031.976	117.360.347	3.962.793	(326.009.429)	496.345.687	31.733.659	528.079.346
Aumento de Capital - AGO/AGE de 29/04/2012	31.733.757	-	-	-	31.733.757	(31.733.757)	-
Créditos recebidos para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	41.119.525	41.119.525
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.581.916	2.581.916	-	2.581.916
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	732.765.733	117.360.347	3.962.793	(323.427.513)	530.661.360	41.119.427	571.780.787
Aumento de Capital - AGO/AGE de 29/04/2013	41.119.522	-	-	-	41.119.522	(41.119.522)	-
Créditos recebidos para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	59.686.546	59.686.546
Lucro líquido do exercício	-	-	-	41.656.055	41.656.055	-	41.656.055
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	773.885.255	117.360.347	3.962.793	(281.771.459)	613.436.937	59.686.451	673.123.388

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método Indireto
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>		
Lucro do Exercício	41.656.055	2.581.916
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	30.935.021	28.736.671
Provisão para devedores duvidosos	25.095.822	29.724.134
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	1.910.794
Juros e variações monetárias sobre parcelamentos de impostos	2.148.527	1.364.102
Juros e variações monetárias sobre parcelamentos Cosern	7.694.237	8.512.190
	107.529.661	72.829.806
<u>Variações nos ativos e passivos</u>		
(Aumento) Diminuição dos ativos:		
Contas a receber e demais recebíveis	(17.852.562)	(2.493.859)
Estoques	(6.869.203)	(4.306.665)
Impostos a recuperar	3.597.574	(6.694.906)
Adiantamentos concedidos	(61.386)	(16.009)
Depósitos judiciais	4.049.747	2.121.973
Despesas do exercício seguinte	(5.042)	12.907
Baixa de Empréstimos compulsórios de combustíveis	844.864	-
Aumento (Diminuição) dos passivos:		
Fornecedores	5.194.573	240.135
Obrigações tributárias	3.225.725	(789.770)
Obrigações sociais	696.968	2.541.739
Provisão para Contingências	1.034.458	5.074.458
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais	101.385.378	68.519.810
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</u>		
Aquisição de imobilizado	(104.449.580)	(62.869.318)
Caixa líquido (usado nas) atividades de investimentos	(104.449.580)	(62.869.318)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</u>		
amortizações de empréstimos e financiamentos	-	(10.195.971)
amortizações de parcelamentos de impostos	(10.574.053)	(11.488.650)
amortizações de parcelamentos de serviços	(6.997.606)	(15.461.844)
Créditos para futuro aumento de capital	59.686.546	41.119.525
Caixa líquido oriundos das (usado nas) atividades de financiamentos	42.114.887	3.973.060
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	39.050.685	9.623.552
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	68.318.238	29.267.553
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.267.553	19.644.001
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	39.050.685	9.623.552

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
1. RECEITA BRUTA	453.823.068	413.472.716
1.1 Prestação de serviços de água e esgoto	414.943.476	398.349.069
1.2 Outras receitas	38.879.592	15.123.646
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(264.760.261)	(275.638.329)
2.1 Custo dos serviços prestados	(188.519.438)	(152.696.431)
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(76.240.824)	(122.941.898)
2.3 Outras despesas operacionais		
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	189.062.807	137.834.387
4. DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	(30.935.021)	(28.736.671)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	158.127.786	109.097.716
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	3.354.091	1.539.034
6.1 Receitas financeiras	3.354.091	1.539.034
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>161.481.876</u>	<u>110.636.750</u>
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1 Pessoal	62.865.851	53.953.257
8.1.1 Remuneração direta, benefícios, FGTS, participação nos lucros	62.865.851	53.953.257
8.2 Impostos, taxas e contribuições	39.471.526	32.944.912
8.2.1 Impostos gerais (federais, estaduais e municipais)	39.471.526	32.944.912
8.3 Remuneração de capitais de terceiros	17.488.445	21.156.666
8.3.1 Juros e atualização monetária	17.488.445	21.156.666
8.4 Remuneração de capitais próprios	41.656.055	2.581.916
8.4.1 Reservas de lucros	41.656.055	2.581.916
	<u>161.481.876</u>	<u>110.636.750</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro 2013
Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

1. Contexto operacional

A **Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN**, com sede na Av. Senador Salgado Filho, 1555, Bairro do Tirol, município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, constituída mediante autorização da Lei Estadual nº 3.742 de 26 de junho de 1969, alterada pela Lei nº 4.747, de 06 de julho de 1978, é uma sociedade por ações, de capital fechado, em regime de economia mista.

São objetivos sociais da Companhia: a administração e a prestação dos serviços públicos de água e esgotos sanitários em todo o Estado do Rio Grande do Norte.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia atuava em 153 municípios no Estado do Rio Grande do Norte (153 em dezembro de 2012), em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário. Merecem destaque as 20 (vinte) maiores concessões de água e esgotos das quais a companhia é detentora:

Município	Faturamento Total em 2013 - em R\$	Quantidade de Economias	Vencimento da Concessão ou Termo de Compromisso	Legendas
Natal	184.570.869	368.449	30/04/2027	
Mossoró	46.071.311	114.124	14/07/2025	
Parnamirim	35.032.090	74.834	31/12/2014	(1)
Caicó	10.119.166	23.442	28/08/2041	
Currais novos	6.854.839	22.464	31/12/2013	(1)
Macaíba	5.135.091	11.424	30/08/2016	
Assú	5.741.595	13.081	23/07/2029	
Macau	5.463.481	14.655	26/04/2033	
Pau dos ferros	4.470.623	11.540	16/12/2029	
Areia branca	3.980.658	6.834	31/12/2013	(1)
Nova cruz	3.567.988	9.260	Contrato Vencido	(2)
Parelhas	2.812.579	11.531	31/12/2016	(1)
João Câmara	2.943.329	9.543	Contrato Vencido	(2)
Apodi	2.948.406	7.119	05/10/2025	
São José de Mipibu	2.404.724	5.388	31/12/2013	(1)
Caraúbas	2.328.145	5.183	26/04/2030	
Goianinha	1.805.555	5.254	Contrato Vencido	(1)
Jucurutu	1.659.714	5.838	Termo Vencido	(3)
Monte alegre	2.157.071	4.900	31/12/2013	(1)
São Paulo do Potengi	1.711.567	5.314	23/12/2029	

Legendas:

- (1) Não há contrato, porém foi pactuado um termo de compromisso com o Município.
- (2) O Contrato está vencido e não há nenhum documento que suporte a relação contratual entre a Companhia e o Município.
- (3) Não há contrato de concessão. Existe um termo de compromisso, porém o mesmo está vencido.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

- (a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

(b) Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancário, e aplicações financeiras que representam investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). Essas aplicações financeiras são apresentadas ao valor de realização, incluindo os rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.2 - Ativos financeiros

2.2.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, sob as categorias de empréstimos e recebíveis e disponível para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

- **Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de fechamento do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

2.2.2 - Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para a venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio líquido.

2.2.3 - *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado

2.3 - Contas a receber de clientes e outros recebíveis

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor da prestação do serviço menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidencia objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

2.4 - Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Essa provisão é fundamentada em análise dos créditos pela administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

Para fins de cálculo da provisão para devedores duvidosos, foram considerados os títulos públicos e privados vencidos a mais de 180 dias, por serem estes classificados como de difícil recebimento.

2.5 - Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto sanitário são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem aos custos de reposição ou valores líquidos de realização.

2.6 - Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulante e não circulante são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos

2.7 - Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, menos depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil, previstas para as companhias estaduais de saneamento básico. As principais taxas estão mencionadas na nota explicativa nº 9.

2.8 - Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e outras contas a pagar e parcelamento de impostos e de fornecedores.

(a) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(b) Parcelamentos de impostos

Os parcelamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor registrado e o valor efetivo a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os parcelamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento do parcelamento.

Os parcelamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, em função do prazo de vencimento das parcelas.

(c) Apresentação pelo líquido

Passivos e ativos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.9 - Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos e contribuições sociais

Atualizados pelos encargos financeiros até a data do balanço.

2.10 – Provisões

As provisões tributárias e demandas judiciais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

2.11 - Demais passivos circulantes e não circulantes

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

2.12 - Capital Social

As ações são classificadas no patrimônio líquido.

2.13 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais monetárias são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. As mesmas são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

2.14 - Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Companhia das transferências econômicas recebidas da União por força dos convênios firmados. A receita está apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

2.14 - Imposto de renda e contribuição social corrente e demais impostos federais

Os encargos do imposto de renda da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social determinados pelo regime do lucro real. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para o lucro excedente aos limites fiscais estabelecidos. A contribuição sobre o lucro líquido está constituída a alíquota de 9%.

Os encargos de Programa Integração Social – PIS e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, como a seguir:

- Programa Integração Social – PIS: alíquota de 1,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS: alíquota de 7,60%.

3. Caixa e equivalentes de caixa

3.1 – Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa	12.703	14.245
Depósitos bancários em conta corrente	7.227.226	6.210.760
Aplicações financeiras	61.078.308	23.042.548
	<u>68.318.238</u>	<u>29.267.553</u>

A Companhia mantém os recursos próprios provenientes de sua atividade aplicados em Certificados de Depósito Bancário – CDBs, títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. No exercício de 2013 as receitas financeiras provenientes dessas aplicações totalizaram R\$ 3.218.294 (2012 – R\$ 1.422.431).

Nos exercícios de 2013 e de 2012, a Companhia classificou seus títulos e valores mobiliários como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 – Movimentação das aplicações financeiras

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	23.042.548	15.106.033
Novas aplicações	183.217.216	30.902.268
Rendimentos	3.218.294	1.422.431
Resgastes	(148.399.750)	(24.388.184)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>61.078.308</u>	<u>23.042.548</u>

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE – CAERN

Os ativos financeiros incluem somente valores em Reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira. Nenhum destes valores está vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

4. Contas receber de clientes e outros recebíveis

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>Circulante</u>		
Recebíveis dos serviços de água e esgoto	217.827.798	197.953.254
Parcelamentos de conta de água e esgoto	5.742.142	6.436.303
Prestação de outros serviços	9.242.623	9.738.857
Financiamentos de serviços	1.520.431	1.216.372
Arrecadação em processo de classificação	3.877.555	3.885.175
(-) Pagamentos em duplicidade	(5.512.836)	(4.819.086)
(-) Outros valores	(1.497.606)	(1.622.564)
(-) Provisão para devedores duvidosos	<u>(185.099.056)</u>	<u>(160.003.235)</u>
	<u>46.101.051</u>	<u>52.785.076</u>
<u>Não circulante</u>		
Parcelamentos de conta de água e esgoto	4.230.904	4.792.553
Financiamentos de serviços	<u>17.225</u>	<u>14.811</u>
	<u>4.248.130</u>	<u>4.807.364</u>
Total	<u>50.349.180</u>	<u>57.592.440</u>

Os vencimentos dos recebíveis dos serviços de água e esgoto são como seguem:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
A Vencer	17.615.767	21.747.747
Vencidos de 01 a 30 dias	15.296.018	15.873.290
Vencidos de 31 A 60 dias	9.977.109	10.457.846
Vencidos de 61 A 90 dias	6.179.272	6.511.805
Vencidos de 91 A 120 dias	4.473.414	4.736.032
Vencidos de 121 A 180 dias	7.307.981	7.589.014
Vencidos acima de 181 dias	<u>185.099.056</u>	<u>160.003.235</u>
	<u>245.948.618</u>	<u>226.918.970</u>

As contas a receber de clientes e demais recebíveis são provenientes dos faturamentos de serviços de fornecimento de água, esgotamento sanitário, além de parcelamentos de contas realizados junto aos consumidores, sendo para esse grupamento de parcelamentos, realizado o Ajuste a Valor Presente – AVP. As contas a receber são mantidas apenas em Reais, não havendo contas a receber em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2013, 75,3% do contas a receber estava composto de títulos vencidos a mais de 180 dias (06 meses), sendo destes 53% de títulos vencidos de órgãos públicos e 47% de consumidores particulares. Para fins de cálculo da provisão para devedores duvidosos, no montante de R\$ 185.099.056 (2012 – R\$ 160.003.235) foi considerado os títulos vencidos a mais de 180 dias, por serem estes classificados como de difícil recebimento.

5. Estoques

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Materiais em almoxarifado	21.600.442	13.950.951
Materiais em trânsito	5.107.038	5.887.326
	<u>26.707.480</u>	<u>19.838.277</u>

6. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Imposto de renda retido na fonte s/ aplicações	1.370.712	1.101.910
Imposto de renda retido na fonte - Lei 9.430/96	1.732.939	1.454.057
Programa de integração social (PIS) - Lei 10.637/02	471.990	1.192.289
Cont. p/ financiamento da seguridade social (COFINS) - Lei 10.833/03	2.063.195	5.401.049
Cont. social s/ lucro líquido (CSLL) - Lei 9.430/96	364.192	306.095
Imposto de renda pessoa jurídica a recuperar	-	97.665
Cont. social sobre o lucro líquido (CSLL) a recuperar	-	44.638
Instituto nacional da seguridade social (INSS)	-	2.900
	<u>6.003.029</u>	<u>9.600.603</u>

7. Créditos fiscais

A Companhia reconheceu créditos compensáveis com lucros tributários futuros, calculados sobre prejuízos e provisões temporariamente não dedutíveis, controlados na parte “B” do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, em contrapartida ao resultado do período, nos montantes abaixo especificados:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Prejuízo fiscal - Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	19.075.376	19.075.376
Crédito Inter temporal - Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	1.925.228	1.925.228
Prejuízo fiscal - Contribuição social s/Lucro Líquido (CSLL)	1.620.422	1.620.422
	<u>22.621.025</u>	<u>22.621.025</u>

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE – CAERN

8. Imobilizado

O imobilizado está assim distribuído:

	Taxas de Depreciação	2013		2012
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Custo Líquido
Em Operação				
Sistemas de abastecimento de água	2% a 10%	426.873.543	(273.091.531)	153.782.012
Sistemas de esgoto sanitário	2% a 10%	258.988.244	(55.523.969)	203.464.275
Bens de uso geral	10% a 25%	50.001.075	(28.965.024)	21.036.051
		<u>735.862.861</u>	<u>(357.580.523)</u>	<u>378.282.338</u>
Em Andamento				
Sistemas de abastecimento de água		152.323.883	-	152.323.883
Sistemas de esgoto sanitário		153.916.275	-	153.916.275
Bens de uso geral		-	-	952
Estoques de obras		25.357.016	-	25.357.016
		<u>331.597.174</u>	<u>-</u>	<u>331.597.174</u>
		<u>1.067.460.035</u>	<u>(357.580.523)</u>	<u>709.879.512</u>
				<u>636.364.954</u>

A mutação do imobilizado ocorrida entre os exercícios de 2012 e 2013 foi a seguinte:

	Saldo em 31/12/2012	(+) Adições ocorridas	(+) Depreciações apuradas	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2013
Imobilizado Técnico					
Custo Corrigido					
Sistemas de abastecimento de água	414.663.516	12.210.027	-	-	426.873.543
Sistemas de esgoto sanitário	257.109.455	1.878.789	-	-	258.988.244
Bens de uso geral	47.090.068	2.911.007	-	-	50.001.075
	<u>718.863.038</u>	<u>16.999.823</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>735.862.861</u>
Depreciação Acumulada					
Sistemas de abastecimento de água	(253.313.596)	-	(19.777.935)	-	(273.091.531)
Sistemas de esgoto sanitário	(46.963.316)	-	(8.560.653)	-	(55.523.969)
Bens de uso geral	(26.368.591)	-	(2.596.433)	-	(28.965.024)
	<u>(326.645.502)</u>	<u>-</u>	<u>(30.935.021)</u>	<u>-</u>	<u>(357.580.523)</u>
Imobilizado Técnico Líquido	<u>392.217.536</u>	<u>16.999.823</u>	<u>(30.935.021)</u>	<u>-</u>	<u>378.282.338</u>
Imobilizado em Andamento					
Sistemas de abastecimento de água	95.783.458	56.540.425	-	-	152.323.883
Sistemas de esgoto sanitário	135.411.959	18.504.316	-	-	153.916.275
Bens de uso geral	952	(952)	-	-	-
Estoques de obras	12.951.048	12.405.968	-	-	25.357.016
Total de Imobilizado em Andamento	<u>244.147.417</u>	<u>87.449.757</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>331.597.174</u>
Imobilizado Total	<u>636.364.954</u>	<u>104.449.580</u>	<u>(30.935.021)</u>	<u>-</u>	<u>709.879.512</u>

9. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar da Companhia estavam assim dispostos nas datas de encerramento de balanço:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Programa Planasa	10.351.506	2.558.688
Recursos próprios - outros programas	12.512.581	13.454.893
Serviços prestados por terceiros	11.464.863	13.360.172
Depósitos e retenções contratuais	549.304	479.632
Outras contas a pagar	174.282	4.580
	<u>35.052.537</u>	<u>29.857.965</u>

Os saldos dos principais fornecedores por programa no ano de 2013 foram os seguintes:

Programa Planasa

<u>Nome do Fornecedor</u>	<u>31/12/2013</u>
Saint-Gobain Canalizações Ltda.	1.680.856
Construtora Cristal Ltda.	1.497.682
Good Steel Saneamento Ltda. ME	1.250.074
Hidroplast Indústria e Comércio Ltda.	1.044.968
Joplas Industrial Ltda.	936.765
Inasa Industria Nacional de Saneamento Ltda.	626.600
Inapi Indústria Nordestina de Acessórios de Irrigação Ltda.	567.350
Elster Medição de Água S/A	481.531
Atec Comércio de Materiais Elétricos e Hidráulicos Ltda.	370.360
BD Energia Ltda.	302.050
Subtotal	8.758.235
Demais fornecedores (cerca de 40 cadastrados)	1.593.271
Total geral	<u>10.351.506</u>

Recursos próprios - outros programas

<u>Nome do Fornecedor</u>	<u>31/12/2013</u>
Policard Systems e Serviços Ltda.	1.275.280
DNOCS – Depart. Nac. Obras c/ Seca	1.059.803
Behring Segurança Privada Ltda.	640.479
Ecocil Empresa de Construções Cíveis	560.211
Hapvida Assistência Médica Ltda	506.897
BB Previdência Fundo Pensão Banco Brasil	475.137
Acquatrat do Nordeste Ltda	460.773
Ticket Serviços Ltda.	303.717
Hidroplast Indústria e Comércio Ltda.	281.322
Canteiro Construções Ltda	229.457
Subtotal	5.793.076
Demais fornecedores (cerca de 900 cadastrados)	6.719.505
Total geral	<u>12.512.581</u>

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE – CAERN**Serviços prestados por terceiros**

<u>Nome do Fornecedor</u>	<u>31/12/2013</u>
Companhia Energética do RN - COSERN	10.327.723
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca	784.921
Agencia Reguladora do Serviço de Saneamento de Natal	281.872
Telemar Norte Leste S.A	47.676
Instituto Juvino Barreto	1.628
Hospital Infantil Varela Santiago	6.129
EBCT Empresa brasileira de Correios Telégrafos	939
Claro S.A	192
DNIT Departamento de Infra Estrutura Transporte	400
Cooperativa de Entregadores de Merc.	276
Detran – RN	6.542
Vivo S.A	6.566
Total geral	<u><u>11.464.863</u></u>

10. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>Impostos e contribuições a recolher</u>		
Programa de integração social (PIS)	295.678	121.154
Cont. p/ financiamento da seguridade social (COFINS)	1.361.891	558.029
Imposto sobre serviços (ISS)	1.665.144	1.600.483
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.282.341	1.282.341
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	1.030	-
	<u>4.606.085</u>	<u>3.562.008</u>
<u>Impostos retidos a recolher</u>		
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	19.390	8.627
Programa de integração social (PIS)	26	59
INSS Retido s/ cessão de mão-de-obra de Terceiros Pessoa Física	716.132	589.710
PIS/PASEP retido - Lei 10.833/03	16.072	12.223
COFINS retido - Lei 10.833/03	39.701	21.937
CSLL retido - Lei 10.833/03	12.900	6.979
	<u>804.222</u>	<u>639.535</u>
<u>Provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	1.481.484	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	535.478	-
	<u>2.016.962</u>	<u>-</u>
	<u><u>7.427.268</u></u>	<u><u>4.201.543</u></u>

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE – CAERN

11. Obrigações sociais

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>Folha de pagamento e encargos</u>		
Salários a pagar dos funcionários	-	101.709
Honorários a pagar	1.771	1.771
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	863.646	792.765
Instituto nacional da seguridade social (INSS)	2.320.769	2.168.863
Contribuição sindical	3.756	634
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	707.502	334.670
Sesi / Senai / Sebrae	470.332	470.332
Consignações a recolher	<u>1.048.072</u>	<u>856.417</u>
	<u>5.415.848</u>	<u>4.727.161</u>
<u>Férias e encargos</u>		
Férias e encargos	<u>9.184.892</u>	<u>9.176.611</u>
	<u>9.184.892</u>	<u>9.176.611</u>
	<u>14.600.740</u>	<u>13.903.772</u>

12. Parcelamentos de impostos

Os parcelamentos de impostos estão representados pelo Parcelamento Especial – PAES mantido junto a Secretaria da Receita Federal e tiveram sua consolidação oficializada durante o exercício social de 2012. Em 31/12/2013 os saldos são os seguintes:

	<u>31/12/2013</u>		<u>31/12/2012</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não-Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não-Circulante</u>
Parcelamento Especial - PAES	-	-	136.349	250.821
Parcelamento da Lei No. 11.941/2009	1.469.690	4.195.732	5.055.219	8.648.559
	<u>1.469.690</u>	<u>4.195.732</u>	<u>5.191.568</u>	<u>8.899.380</u>

As mutações ocorridas no período referente aos processos de parcelamentos da Companhia estão descritas abaixo:

	Saldo em 31/12/2012	(+) Ingressos	(-) Amortizações	(+) Juros / Var. Monetária	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2013
<u>CIRCULANTE</u>						
Parcelamento Especial - PAES	136.349	-	(510.267)	123.097	250.820	-
Parcelamento da Lei No. 11.941/2009	5.055.219	-	(9.625.212)	2.025.429	4.014.254	1.469.690
	<u>5.191.568</u>	<u>-</u>	<u>(10.135.479)</u>	<u>2.148.526</u>	<u>4.265.074</u>	<u>1.469.690</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>						
Parcelamento Especial - PAES	250.820	-	-	-	(250.820)	-
Parcelamento da Lei No. 11.941/2009	8.648.559	-	(438.573)	-	(4.014.254)	4.195.732
	<u>8.899.380</u>	<u>-</u>	<u>(438.573)</u>	<u>-</u>	<u>(4.265.074)</u>	<u>4.195.732</u>
Total	<u>14.090.948</u>	<u>-</u>	<u>(10.574.052)</u>	<u>2.148.526</u>	<u>-</u>	<u>5.665.421</u>

13. Parcelamento Cosern

	<u>31/12/2013</u>		<u>31/12/2012</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não-Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não-Circulante</u>
Cosern Contrato 2016/CCE/04	16.383.239	121.502.480	6.997.606	130.191.483
	<u>16.383.239</u>	<u>121.502.480</u>	<u>6.997.606</u>	<u>130.191.483</u>

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE – CAERN

As mutações ocorridas no período referente aos processos de parcelamentos mantidos junto a Cosern estão descritas abaixo:

	Saldo em 31/12/2012	(+) Ingressos	(-) Amortizações	(+) Juros / Var. Monetária	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2013
<u>CIRCULANTE</u>						
Cosern Contrato 2016/CCE/04	6.997.606	-	(6.997.606)	7.694.237	8.689.003	16.383.239
	6.997.606	-	(6.997.606)	7.694.237	8.689.003	16.383.239
<u>NÃO CIRCULANTE</u>						
Cosern Contrato 2016/CCE/04	130.191.483	-	-	-	(8.689.003)	121.502.480
	130.191.483	-	-	-	(8.689.003)	121.502.480
Total	137.189.089	-	(6.997.606)	7.694.237	-	137.885.719

14. Provisões para demandas judiciais

Refere-se a diversos processos relativos a reclamações trabalhistas e indenizações, provisionadas com base em estudos promovidos pela Assessoria Jurídica da Companhia. Os saldos apresentavam-se com os seguintes valores:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>Provisões para demandas judiciais</u>		
Questões trabalhistas	8.935.720	7.901.263
Questões cíveis	4.931.219	4.931.219
	13.866.940	12.832.482
<u>Depósitos judiciais</u>		
Judiciais	(3.281.206)	(5.347.425)
Reclamações em propriedade da empresa	-	(1.983.529)
	(3.281.206)	(7.330.953)
(=) Saldo Líquido	10.585.734	5.501.529

15. Patrimônio líquido

15.1 - Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está representado pelas seguintes ações assim distribuídas:

	<u>31/12/2013</u>		<u>31/12/2012</u>	
	<u>Quantidade de</u> <u>Ações</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade de</u> <u>Ações</u>	<u>%</u>
Ordinárias	773.728.346	99,98%	732.608.824	99,98%
Preferenciais	156.909	0,02%	156.909	0,02%
	773.885.255	100,00%	732.765.733	100,00%

As ações preferenciais têm direito a prioridade na distribuição de dividendos mínimos não cumulativos, de 6% ao ano e prioridade no caso de liquidação e no reembolso do capital sem direito a prêmio, bem como participação, sem restrições no aumento do capital e decorrentes da capitalização de recursos e lucros.

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE – CAERN

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte participa com 94,48% e o Banco do Estado do Rio Grande do Norte – BANDERN (em liquidação judicial), participa com 5,35% das ações ordinárias da Companhia. Os demais 0,17% de ações ordinárias estão divididas entre a União Federal, órgãos estaduais e municipais e pessoas físicas. As ações preferenciais são integralmente da União Federal.

15.2 - Reserva de capital

A reserva de capital compreende incentivos fiscais e doações recebidas pela Companhia em exercícios anteriores e que poderá ser utilizada apenas para aumento de capital

15.3 - Adiantamento para futuro aumento de capital

Compreende dos valores recebidos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte (acionista majoritário), durante o exercício social de 2013 e que deverá ser capitalizado no exercício social de 2014.

15.4 - Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	41.656.055	2.581.916
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	773.728.346	732.608.824
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	<u>0,0538</u>	<u>0,0035</u>

16. Receita líquida

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receitas de serviços de abastecimento d'água		
Direta do serviço		
Tarifa residencial	273.469.376	255.279.056
Tarifa comercial	22.681.088	22.464.240
Tarifa industrial	7.420.098	7.234.267
Órgãos públicos	<u>28.924.500</u>	<u>30.947.345</u>
	<u>332.495.062</u>	<u>315.924.907</u>
Indiretas do serviço		
Ligações	1.730.658	2.172.267
Acréscimo por impontualidade	10.121.887	8.711.409
Religações e sanções	2.533.289	3.439.815
Contribuição para hidrometria	22.396	18.266
Ampliações	36.972	27.707
Outras receitas indiretas	<u>2.863.217</u>	<u>4.645.242</u>
	<u>17.308.419</u>	<u>19.014.707</u>
Total das receitas serviços de abastecimento d'água	<u>349.803.481</u>	<u>334.939.614</u>
Receitas de serviços de esgotos		
Direta do serviço		
Tarifa residencial	36.241.610	33.100.494
Tarifa comercial	12.231.460	12.153.404
Tarifa industrial	9.585.108	10.301.980
Órgãos públicos	<u>6.951.939</u>	<u>7.617.738</u>
	<u>65.010.118</u>	<u>63.173.616</u>
Indiretas do serviço		
Ligações	99.611	132.653
Ampliações	30.267	93.770
Outras receitas indiretas	<u>-</u>	<u>9.416</u>
	<u>129.877</u>	<u>235.839</u>
Total das receitas de serviços de esgotos	<u>65.139.995</u>	<u>63.409.455</u>
Total do faturamento bruto de água e esgoto	<u>414.943.476</u>	<u>398.349.069</u>
Demais receitas		
Repasses da união federal	38.582.621	15.079.064
Locação de imóveis	101.365	33.241
Venda de bens do Imobilizado	184.940	-
Taxa de cadastro de fornecedores	9.780	10.804
Outras receitas	<u>886</u>	<u>537</u>
	<u>38.879.592</u>	<u>15.123.646</u>
Total das receitas brutas	<u>453.823.068</u>	<u>413.472.716</u>
(-) Deduções de impostos sobre receitas		
COFINS sobre receitas	(30.773.479)	(27.042.506)
PIS sobre receitas	<u>(6.681.084)</u>	<u>(5.902.406)</u>
Total	<u>(37.454.564)</u>	<u>(32.944.912)</u>
Receita operacional líquida	<u>416.368.504</u>	<u>380.527.804</u>

17. Custo dos serviços prestados

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Sistema de abastecimento de água		
Despesas com pessoal	(66.392.448)	(59.709.376)
Despesas com material	(21.435.313)	(13.254.324)
Serviços de terceiros	(74.270.099)	(60.951.103)
Despesas gerais	(1.304.707)	(2.172.045)
Depreciações e amortizações	<u>(19.777.935)</u>	<u>(17.203.711)</u>
	<u>(183.180.502)</u>	<u>(153.290.559)</u>
Sistema de esgoto sanitário		
Despesas de pessoal	(14.173.775)	(11.813.131)
Despesas com material	(806.625)	(558.057)
Serviços de terceiros	(11.968.369)	(7.071.868)
Despesas gerais	(764.534)	(733.046)
Depreciações e amortizações	<u>(8.560.653)</u>	<u>(7.966.441)</u>
	<u>(36.273.956)</u>	<u>(28.142.543)</u>
	<u>(219.454.458)</u>	<u>(181.433.102)</u>

18. Despesas administrativas

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Despesas de unidade de estrutura orgânica		
Administração central		
Despesas de pessoal	(24.046.874)	(23.061.724)
Despesas com material	(565.056)	(525.039)
Serviços de terceiros	(9.127.845)	(8.001.989)
Despesas gerais	<u>(6.516.002)</u>	<u>(8.396.404)</u>
	<u>(40.255.778)</u>	<u>(39.985.156)</u>
Regionais		
Despesas de pessoal	(8.996.187)	(8.456.746)
Despesas com material	(2.399.237)	(2.526.449)
Serviços de terceiros	(5.677.333)	(4.856.011)
Despesas gerais	<u>(645.429)</u>	<u>(605.009)</u>
	<u>(17.718.186)</u>	<u>(16.444.214)</u>
Depreciações e amortizações		
Depreciações	<u>(2.596.433)</u>	<u>(1.000.966)</u>
	<u>(2.596.433)</u>	<u>(1.000.966)</u>
Total da administração central	<u>(60.570.396)</u>	<u>(57.430.336)</u>
Despesas capitalizáveis		
Administração central		
Despesa de pessoal	(12.443.540)	(10.281.581)
Despesas com material	(96.133)	(297.139)
Serviços de terceiros	(4.545.180)	(2.583.283)
Despesas gerais	<u>(545.334)</u>	<u>(319.252)</u>
Total das despesas capitalizáveis	<u>(17.630.187)</u>	<u>(13.481.255)</u>
Despesas não operacionais		
Outras despesas		
Despesa com pessoal a disposição	<u>(150.718)</u>	<u>(311.848)</u>
Total das despesas não operacionais	<u>(150.718)</u>	<u>(311.848)</u>

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE – CAERN

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Continuação		
Outros créditos		
Indenizações e ressarcimentos de despesas	-	15.927
Ressarcimento com pessoal a disposição	167.847	51.006
Ressarcimento para pagamento Unimed/Hapivida	495.058	763.951
Ressarcimento do Iasan	592	385
Por uso/danos propriedade da empresa	23.693	13.143
Outros ressarcimentos	2.754.609	6.019.360
Ressarcimento de vale transporte	132.554	122.134
Ressarcimento de multas de trânsito	3.712	5.402
Devedores por adiantamento por falta prestação de contas	692	140
	<u>3.578.756</u>	<u>6.991.448</u>
Total das despesas administrativas	<u>(74.772.545)</u>	<u>(64.231.991)</u>

19. Despesas comerciais

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>Administração central</u>		
Despesas de pessoal	(2.604.449)	(2.398.568)
Despesas com material	(124.394)	(129.779)
Serviços de terceiros	(6.278.117)	(6.227.281)
Despesas gerais	(52.617)	(60.542)
	<u>(9.059.577)</u>	<u>(8.816.170)</u>
<u>Regionais</u>		
Despesas de pessoal	(18.202.839)	(16.434.239)
Despesas com material	(139.871)	(138.439)
Serviços de terceiros	(7.161.107)	(26.284.267)
Despesas gerais	(336.545)	(569.390)
	<u>(25.840.362)</u>	<u>(43.426.335)</u>
Perdas na realização de créditos	<u>(25.095.822)</u>	<u>(27.349.133)</u>
Baixa de ativos de contas a receber	<u>(3.737.694)</u>	<u>(33.364.387)</u>
Ajuste a valor presente	<u>(600.675)</u>	<u>292.861</u>
Total das despesas comerciais	<u>(64.334.130)</u>	<u>(112.663.164)</u>

20. Receitas financeiras

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Rendimentos de aplicação (rendimentos a creditar)	3.218.294	1.422.431
Descontos recebidos	135.796	116.603
Total das Receitas Financeiras	<u>3.354.091</u>	<u>1.539.034</u>

21. Despesas financeiras

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Despesas de financiamentos	(102.129)	(11.815)
Juros e taxas	(12.981.295)	(16.640.566)
Correção monetária	-	3.887
Total das despesas de financiamentos internos	<u>(13.083.424)</u>	<u>(16.648.494)</u>
Multas e acréscimos moratórios	-	(17)
Total das multas e acréscimos moratórios	<u>-</u>	<u>(17)</u>
Despesas tributárias		
Impostos	(32.529)	(24.906)
ICMS	-	(449)
IPTU	(105.225)	(466.862)
Taxas	(551.391)	(456.437)
Taxa de concessão municipal	(1.694.577)	(2.097.903)
Total das despesas tributárias	<u>(2.383.722)</u>	<u>(3.046.557)</u>
Outras despesas		
Juros extra financiamento	(133.293)	(181.608)
Multas extra financiamento	(1.775.009)	(1.274.369)
Taxa extra refinanciamento	(2.600)	-
IRRF s/ aplicações financeiras	(29.062)	(348)
IOF	(81.335)	(5.273)
Outras despesas	<u>(2.021.298)</u>	<u>(1.461.598)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(17.488.445)</u>	<u>(21.156.666)</u>

22. Contingências fiscais

As declarações de rendimentos e demais encargos resultantes das operações da Companhia estão sujeitas a exames por parte das autoridades fiscais, dentro dos prazos prescricionais.

23. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

a) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado.

b) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a risco de crédito, risco de liquidez e risco taxa de juros.

(I) *Risco de crédito* – é o risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, principalmente contas a receber.

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer em face de eventuais perdas na sua realização.

(II) *Risco de liquidez* - A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do serviços de água e esgoto. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa (Nota 04)

(III) *Risco de taxas de juros* – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação do CDI;

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

24. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e a de divulgação das demonstrações financeiras que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a situação financeira e os resultados da companhia.

DIRETORIA

Yuri Tasso Duarte Queiroz Pinto
Diretor Presidente

Jailton José Barbosa Tinoco
Diretor Administrativo

João Maria Alves de Castro
Diretor Comercial e Financeiro

Ricardo da Fonseca Varela Filho
Diretor Técnico

CONTADOR

Alex Souza da Costa
Contador – CRC – RN – 006783/O-5